

A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E SEUS PROBLEMAS

Uma crítica ao radicalismo ambientalista

por David Waisman

Ementa: Este texto define os movimentos ambientalistas, incorporadores de inegável avanço humanístico, como fruto ideológico da abundância contemporânea. Aponta para o dilema ético que implica a negação, bloqueio ou retardamento ambientalistas do desenvolvimento econômico, tão crucial para os que ainda vivem a escassez. É estabelecido um paralelo histórico-ideológico entre ambientalismo, abolicionismo e proibicionismo, e examinadas questões como a radicalização e a relação entre cultura e natureza.

A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E SEUS PROBLEMAS

SUMÁRIO

- 1. Um Ideal da Prosperidade**
- 2. A Racionalidade da Consciência Ecológica**
- 3. A Agenda da Consciência Ecológica**
- 4. As Contradições da Consciência Ecológica**

A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E SEUS PROBLEMAS

1. Um Ideal da Prosperidade

Após a Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, os países mais industrializados que nela estiveram envolvidos passaram a direcionar suas energias nacionais, durante duas décadas, à reconstrução e fortalecimento de suas economias. As potências da Europa Ocidental, os EUA e Canadá, o Japão alcançaram extraordinário sucesso nessa tarefa. Suas economias não só se tornaram pujantes, como inaugurou-se uma economia transnacional, de intensidade sem precedentes na evolução das trocas comerciais internacionais.

Esses países estabeleceram para seus povos um nível material de vida nunca antes alcançado pela humanidade: centenas de milhões de indivíduos passaram a gozar, em contraste com o geral da humanidade, e em nível excepcionalmente alto, de condições de liberdade política, de acesso generalizado à educação, de ampla seguridade social, de capacidade de renda e de consumo, tudo simultaneamente, em fenômeno sem paralelo na história.

Ao final dos anos sessenta, havia nesses países uma massa social próspera, disponível, não só para consumo de bens materiais supérfluos, mas também para adesão a novos ideais, "ideais da prosperidade", pode-se chamá-los. Exemplos transitórios desses ideais foram a Contracultura Hippie e a Rebelião de Maio de 68. Um exemplo de tipo permanente é o culto a uma música popular transnacional, centrada no "rock". O ideal ecológico, a consciência ambiental, podem ser vistos como mais um desses ideais permanentes da prosperidade transnacional.

O ideal ecológico foi fertilizado, em seu crescimento, por outro fator adicional: o esvaziamento de outros ideais, utópicos e totalizantes, centrados no socialismo. Marco importante para esse esvaziamento foi a invasão soviética, em setembro de 1968, para reprimir a chamada Primavera de Praga, o regime de "socialismo com face humana" que se tentou implantar na então Tchecoslováquia. Na mesma linha, influíram as facetas negativas dos regimes políticos do chamado socialismo real, no leste europeu, e de algumas experiências socialistas em países pobres. Com tal esvaziamento, abriu-se um vácuo, um espaço para a afirmação do ideal ecológico também como utopia e ideal totalizante, isto é, uma ideologia: formulação de uma explanação abrangente da realidade, de modelos de perfeição futura, de exclusão de outras formulações alternativas. Se levado em conta que, bem antes do esvaziamento "político", já havia ocorrido, nesses países, a laicização, o esvaziamento religioso, fica evidente o grande espaço aberto, para a consciência ecológica, a ideais, ideologias, militâncias, "totalizações fechadas" e até mesmo climas místicos.

Se bem que, ao longo dos séculos XIX e XX, intelectuais, exploradores e cientistas, e numerosas entidades associativas, no mundo todo, manifestaram-se a favor da preservação da natureza e das espécies e contra diversos tipos de agressão do homem ao meio ambiente, esses vetores preservacionistas foram secundários se cotejados com o vetor desenvolvimentista e o entusiasmo pelo progresso, pelas técnicas maximizadoras da produção e do nível material de vida. Foi recentemente, na década de setenta, que se avolumaram os grupos e movimentos organizados ambientalistas naquelas democracias prósperas. Sua pregação de restrição à "produção-a-qualquer-custo-ambiental" propagou-se ao resto do mundo. A relevância irretorquível de muitas das questões da "agenda" ambientalista encontrou o caminho da oficialização em políticas governamentais: de alguns países, inicialmente, e de muitos mais, num segundo passo. Entidades oficiais internacionais também adotaram políticas ambientalistas e perspectivas de visão ecológica. O auge desse "crescendo" foi possivelmente a chamada Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na primeira quinzena de junho de 1992, no Rio de Janeiro. Essa Cúpula foi programada no rastro do clímax de prosperidade do pós-guerra ocorrido na segunda metade dos anos oitenta, não por coincidência também clímax da agitação da consciência ecológica.

2. A Racionalidade da Consciência Ecológica

A disponibilidade ideológica das massas prósperas não se dá num vazio. O ambientalismo mantém um vínculo lógico com as realidades sociais e econômicas dos países que enriqueceram, com a economia pós-industrial e com as atitudes culturais que alguns englobam sob a rubrica do chamado pós-moderno. A nova disponibilidade articula-se a dados concretos da realidade, segundo uma racionalidade justificada.

A economia do século XIX e da primeira metade do século XX foi mais agressivamente poluente que a da segunda metade do século XX. Basta lembrar o tóxico e multissecular “fog” londrino, eliminado a partir do início da década de 60. Mas os sujeitos agora impregnados pela ideologia ambientalista têm a percepção de que os mencionados dados concretos da realidade e racionalidade justificada situam-se no âmbito da natureza ferida e ameaçada. Sem negar o que há de positivo na reforçada e multiplicada sensibilidade ecológica, que passou a competir, inicialmente nos países lançadores daquela nova prosperidade, com o vetor ideológico desenvolvimentista, é preciso apontar para a correta localização desses novos dados concretos da realidade e racionalidade justificada: situam-se eles na nova paisagem social e econômica, não na paisagem natural.

A percepção subjetiva de uma crise ambiental generalizada, com seus flagrantes aspectos de exagero se aplicada a qualquer lugar ou situação, promove uma nova visão: em escala mundial, a grande expansão demográfica urbana e rural, as atividades industriais e agrícolas, os padrões de consumo, de transporte e de energia, fatalmente promoverão “desgastes internos” incontornáveis, insuportáveis custos sistêmicos de longo prazo, nos sistemas produtivos e nos estilos de vida, e desequilibrarão definitivamente a relação entre humanidade e natureza. A crise seria aguda, todo desgaste da natureza irre recuperável; a nova causa sagrada justifica uma dedicação e uma combatividade antes oferecidos à religião e às utopias revolucionárias. À nova causa podem dedicar-se as massas agora protegidas por um sistema de seguridade social sem precedentes na longa marcha da humanidade.

Na história humana, a natureza, a par de suprir às pessoas ambientes emocionalmente reconfortantes, já exerceu diferentes papéis: foi inimiga esmagadoramente poderosa; depois, foi desafio a ser enfrentado e parceiro bruto a ser domado; agora, pela primeira vez, destaca-se um novo atributo da natureza, o de vítima que pode arrastar-nos junto consigo, se for mergulhada em derrota. Na verdade, se se atenta à realidade, a natureza acumula agora os quatro atributos: inimiga, desafio, parceira e vítima. Mas há razões para que seja dada ênfase, na nova consciência ecológica, ao papel da natureza como vítima.

A primeira razão é que, com a grande expansão econômica, geraram-se, em certas regiões, instâncias de áreas contínuas de ocupação que simplesmente apagaram o meio ambiente natural. Somadas indústrias poluentes não controladas e certas outras atividades humanas, começou-se a contabilizar áreas e setores do meio ambiente gravemente agredidos. Depois, se é verdade que parte dessa agressão volta-se contra a natureza enquanto moldura emocionalmente necessária ao ser humano, outra parte, pela via da poluição do ar e da água e da degradação do solo e de ecossistemas, volta-se contra as próprias populações poluidoras e agressoras, em efeito mais crítico, de maior urgência.

A redução mesma das áreas naturais intocadas pela civilização industrial, ou pela demografia da pobreza que se derrama pelas áreas rurais ou pelos inchaços megametropolitanos, tornou mais valorizado o ideal da natureza intocada. Essa sensibilidade já existia antes da explosão dos movimentos ecológicos, mas foi amplificada pela multiplicação dos que demandam, para lazer, o uso de espaços naturais como praias, montanhas, bosques, paisagens rurais e regiões exóticas. Multiplicação em centenas de milhões de indivíduos dotados de nível de renda suficiente para tanto.

A par dessa sensibilidade expandida, contribui para a construção da ideologia ambientalista a percepção de que a continuação de certos padrões contemporâneos de consumo das massas prósperas, se persistirem descontrolados, e principalmente se se estenderem também às maiorias não prósperas, representarão uma pressão perigosa, e talvez insuportável, sobre os recursos naturais, em escala planetária. Articulação adicional dessa consciência é essa mesma noção de escala planetária: o caráter crescentemente internacional da economia, com a intensificação das comunicações por grandes regiões e entre os

continentes, projetou na imaginação coletiva a potencialidade de prejuízo planetário.

Principalmente, constitui uma articulação lógica, de tipo estrutural, entre a nova onda ideológica e as sociedades da prosperidade, com suas magníficas infra-estruturas já implantadas, a correspondência, coerência e adaptação entre um ideal que prega a contenção dos volumes materiais envolvidos no ciclo de produção industrial e a nova economia que surge nos países ricos, de maior ênfase no setor de serviços e em tecnologias menos intensas no uso de matérias primas e mais intensas no uso da comunicação, da informática e da qualificação educacional dos trabalhadores.

O papel dos países ainda não ricos seria agora o de evitar o mau caminho trilhado pelos já prósperos. O ambientalismo, proposto como ato máximo de solidariedade para com a natureza e para com as gerações futuras, reserva aos pobres um abraço solidário que sufoca e estrangula.

Finalmente, cabe atentar para uma decisiva vertente estruturadora da expansão da ideologia ambientalista, que tem a ver com a própria matéria, por assim dizer, de que são feitas as idéias: a necessidade das novas gerações terem suas próprias e novas causas e ideais a defender, mormente dado o esvaziamento de outras causas, de um lado, como já visto, e de outro lado, pela consolidação e amadurecimento das causas e realizações de gerações anteriores. Com efeito, várias gerações, nas democracias prósperas aqui enfocadas, gastaram-se na luta, afinal vitoriosa, por regimes políticos democráticos, igualitários, pela prevalência das liberdades, da justiça social, da lei igual para todos, da ordem civilizada e da coesão social, pela flexibilização de rigorosidades moralistas, pelo avanço das ciências e das técnicas, pelo triunfo da medicina sobre inúmeras doenças, varridas do mapa e da memória, pela ascensão do nível material de conforto das massas e pela conquista inédita de monumentais sistemas de seguridade social. Para os que chegaram à obra já construída, esses sucessos são percebidos como atributos naturais da realidade, o que equivale a dizer que são pouco percebidos. As vistas voltam-se para novos horizontes, novos enfoques, novos desafios.

3. A Agenda da Consciência Ecológica

A expansão da militância ambiental e de sua influência deu-se por dois caudais, e segundo dois níveis de ênfase. Um caudal, o particularista, foi a concentração em causas específicas, localizadas, como a preservação de dada espécie ameaçada, a preocupação com determinada atividade poluidora, com a conservação de ecossistema individualizado. Outro, o caudal globalizante: o das ameaças planetárias, começando pelo alarme do Clube de Roma, nos anos sessenta, de que ainda neste século se esgotaria e desmoronaria a civilização como a conhecemos, por pressão do excesso de população e do consumo de bens. Os dois caudais foram multiplicando suas ações, sua presença, sua influência. O particularista, moldando mais concretamente a evolução, ramificação e consolidação das "frentes de combate", do rol da agenda; o globalizante, suprimindo, por meio das megapreocupações, a abrangência ideológica, a "cola" capaz de agregar uma grande diversidade de causas em uma sensação de movimento, de militância ideológica.

Os dois níveis de ênfase referem-se aos dois níveis de aplicação da consciência ecológica sobre a realidade. Um nível de ênfase é o pragmático, de compromisso, de aceitação de ressalvas e limitações quanto aos objetivos. O outro nível de ênfase é a persistência flamante no gume em brasa da ideologia. O nível pragmático é o que conduz às ações e políticas do poder público, às decisões legislativas e institucionais, as quais têm que ponderar diversos fatores da realidade. O nível de ênfase flamante é o que sustenta a pregação e a militância mais radical.

Na estrutura da ação dos dois níveis de ênfase convém distinguir entre agenda e agentes. A agenda da consciência ecológica é o produto mais marcante e mais positivo de toda a evolução de idéias aqui examinada. Como desdobramento da expansão das adesões à militância da consciência ecológica, e da sensibilidade geral da opinião pública a certas causas, se foram alinhando os itens que são objeto das preocupações ambientais. Onde, há duas décadas ou três, havia o esboço de alguns temas, há hoje uma lista detalhada de problemas a examinar e a resolver, que se estende por dezenas de quesitos e centenas de subquesitos. Essa lista trata das questões relativas à integridade, perturbação e manejo do meio ambiente; degradação e preservação da qualidade das águas, do ar e do solo; conservação de espécies e da biodiversidade; impactos dos hábitos de consumo e das atividades econômicas. Procura-se compreender mecanismos biológicos e químicos. Há um esforço por quantificar fenômenos e seus reflexos. Atenta-se para os efeitos sobre a saúde humana; para a repercussão de impactos

ambientais entre si; estuda-se a articulação interna de ecossistemas. Nessa vasta lista cabem também temas do caudal globalizante, itens de agenda de caráter regional ou planetário, como chuva ácida, camada de ozônio, efeito estufa, radioatividade, transgênicos.

No entanto, a par dessa riqueza em quantidade, há lapsos criticáveis na qualidade das definições, dos equacionamentos, das projeções. Não é da feição das ideologias, dos ideais estusiasmados, relativizar fatores ou depurar avaliações. Relativização e depuração são preocupações dos que têm que enfrentar a curtíssimo prazo o resultado de suas suposições: o guerreiro diante da batalha, o atleta ao se medir em competição, o trabalhador ao moldar peça de exigente precisão. Nos efeitos ambientais, há freqüentemente espaço para a manipulação ideológica de pseudo-fatos, à moda dos sacerdotes que descreviam em minúcias o inferno ou dos totalitários que desenhavam à sua conveniência a imagem dos inimigos do regime.

Quanto aos agentes de promoção da agenda ecológica, são eles, primordialmente, grupos especializados no seio da sociedade civil. De fato, antes de o estado adotar parte da agenda, são pequenas ou grandes associações, organizações não governamentais, que a definem. E mesmo depois de assimilada parcialmente a agenda na forma de normas legais, de políticas governamentais, políticas de entidades oficiais internacionais, e na forma de instituições permanentes do estado, como secretarias de governo do meio ambiente, de departamentos de meio ambiente instalados nas entidades oficiais internacionais, persistem as organizações não governamentais como o motor, o agente de base da agenda, principalmente da parcela da agenda menos assimilada pelo estado, pelo mundo oficial.

Essa assimilação pelo mundo oficial se dá, num primeiro passo, pelo reconhecimento total ou parcial de um direito por alguma instância judicial. Ainda é assimilação precária. Num segundo passo, se dá pelos órgãos legislativos, formados pelos representantes políticos da população, em paralelo à absorção, pelos partidos políticos, de elementos da agenda. A penetração da agenda no filtro do sistema democrático representativo é condicionada a processo de pressões e contrapressões, já que a agenda da consciência ecológica compete, e muitas vezes se choca, com o universo muito variado, e legítimo, de outras causas e agendas, centradas, freqüentemente, mesmo nas nações ricas, nos vetores desenvolvimentistas. No auge da agitação e promoção da consciência

ecológica, no clímax de prosperidade do pós-guerra ocorrido na segunda metade dos anos oitenta, instituíram-se partidos ecológicos formais ("verdes"), que chegaram a exercer alguma influência dentro do sistema de representação democrático (esses partidos se enfraqueceram com a instalação da recessão do início dos anos noventa e com o fenômeno do desemprego estrutural nas democracias prósperas). Mas o ponto essencial, na dinâmica envolvendo agente e agenda, é o papel fundamental e principal do agente promotor situado fora do sistema político de representação democrática. Este fato tem relação com a natureza ideológica da consciência ecológica.

Essa relação fica melhor aclarada por meio de dois exemplos, duas analogias. A obscuridade que se tenta esclarecer por analogias e exemplos é a seguinte: se a agenda política geral do sistema representativo está saturada e completa a cada momento, e com elementos típicos do ideal do progresso material das massas, como abrir nela espaço para a agenda da consciência ecológica ? Também outros aspectos estruturais da agenda se desvendam instrutivamente com o cotejo de diferentes casos. Nos dois exemplos trazidos a seguir, reflete, o primeiro, um avanço real, e o segundo, um falso avanço. Em ambos, sobressaem dois mecanismos estruturais, um ostensivo, outro profundo: o ostensivo, o uso da "má consciência" para transformar uma agenda de grupos militantes em agenda do estado; o mecanismo profundo é o do vínculo entre nova ideologia e novas formações sociais. Maior a ressonância mútua e positiva nesse vínculo, sem dissonâncias e falsidades, maior é a penetração permanente do novo ideal. A penetração da agenda da consciência ecológica guarda marcante analogia com os dois casos que serão examinados, o abolicionismo e o proibicionismo. Analogia na relação da militância com a sociedade, na questão do avanço falso ou verdadeiro, na atuação dos dois mecanismos estruturais mencionados.

No final do século XVIII e início do século XIX, foi muito intensa a militância de associações abolicionistas no combate à escravidão africana, que havia sido transplantada, com apoio oficial e suporte legal, para regiões do continente americano, após o Descobrimento (na Europa não havia escravidão desde o fim do Império Romano). Os abolicionistas (sua pregação estendeu-se mais tarde a Cuba e Brasil) eram ativos nas regiões mais frias da América do Norte, na Europa Ocidental e, especialmente, na Inglaterra, país pioneiro e líder da Revolução Industrial (houve um abaixo-assinado abolicionista inglês, dirigido ao Parlamento, que tomava uma folha medindo dois e meio quilômetros). Os

abolicionistas vinham de duas vertentes: a civil, centrada no escravo, apoiava suas teses nos direitos individuais; e a religiosa, de tese centrada no escravizador, que o considerava pecaminoso e anticristão. Entretanto, a escravidão africana, como instituição, além de legal, era vista, pela opinião dominante, como indissociável da produção de açúcar, algodão e tabaco. A economia das colônias tropicais, antes peça fundamental da economia mercantil européia, pré-industrial, era ainda complemento relevante da incipiente industrialização ocidental.

Os abolicionistas tiveram sucesso em sua pregação: mesmo sendo a agenda abolicionista específica e nova, articulava-se ela positivamente com valores presentes na agenda geral, política e social, do que se esboçava como uma nova formação social moderna. A sociedade, em largos segmentos, estava madura, civil e religiosamente, para ser despertada a favor da causa, para ser sensibilizada pelo fator da "má consciência" associada à escravidão, mesmo não convivendo, em seu dia a dia, com escravos. Ela foi levada a uma posição de desaprovação moral da escravidão. A difícil luta do abolicionismo era agora promover-se a agenda do estado. Conseguiram-se no judiciário algumas vitórias iniciais, como a proibição da manutenção de escravos nos países e regiões abolicionistas. Mais adiante, o sistema político representativo, e os governos, absorveram, passo a passo, e sob polêmicas dramáticas, teses abolicionistas (Inglaterra, França, Holanda), baixando leis contra o tráfico de escravos e, entre 1833 e 1848, abolindo a escravidão nas suas colônias americanas (gradualmente, com alguma assistência aos escravos e com indenização aos proprietários). Nos EUA, o Norte industrial e abolicionista, por questão de paz interna, tolerou a escravidão no Sul; a Guerra de Secessão só irrompeu porque o Sul, não concordando com a proibição da escravidão nos novos territórios do além-Mississipi, declarou-se separado da União, opondo-se a decisão tomada por mecanismos e instituições democráticas.

Emerge claramente desse exemplo a forte correlação entre a pregação e aceitação da idéia abolicionista e os novos valores e sensibilidades aflorados em novas formações sociais resultantes de longos processos, inclusive econômicos, dos quais um fator de aceleração foi o início e expansão da modernidade industrial. A correlação coerente deu suporte à idéia, e esta se afirmou não apenas como verdade nova de militantes, mas da sociedade, sem que nessa passagem se debilitasse por contradições. Já no próximo exemplo, presentes muitas características do primeiro, prevaleceram as contradições.

A luta pela proibição da manufatura e venda de bebidas alcoólicas nos EUA teve sua origem nas "sociedades de temperança", que se expandiram, a partir de 1830, como parte da onda de reafirmação de religiosidade. Essa incluía também, em sua agenda, o abolicionismo e, freqüentemente, um sentimento nativista hostil aos imigrantes e sua cultura não-protestante. Em uma primeira ofensiva, metade dos estados da federação chegaram a proibir o comércio de bebidas alcoólicas. A agitação da militância anti-álcool adotou um estilo emocional e agressivo, conseguindo agregar-se, no final do século, em movimento nacional, o proibicionismo, que se estruturou em eficaz grupo de pressão. A intensa industrialização do Norte, o influxo de grande massa de imigrantes, o inchaço das grandes cidades, provocou uma conturbação cultural de desvio dos valores sedimentados do interior americano e das classes médias urbanas de raízes interioranas. Valores tais como a responsabilidade e o comedimento individual, a disciplina da paróquia protestante, o sentido cívico e a boa cidadania política. Efetivamente, proliferavam os "saloons", o alcoolismo era um fenômeno comum e destrutivo, as indústrias de aguardente e cerveja promoviam seus produtos irresponsavelmente. Para agravar, muitos "saloons" eram centros de prostituição e pontos de encontro e influência das camarilhas corruptas da política municipal, que prosperavam com o novo eleitorado imigrante e suas divisões étnicas. A ameaça de descaracterização da cultura estabelecida tornava sensíveis certos públicos à pregação moralista da consciência anti-alcoólica; eles cediam ao mecanismo da "má consciência". Os grupos de pressão militantes conseguiram infiltrar sua agenda, não só nos dois grandes partidos políticos, mas também em duas importantes correntes políticas menores: os Progressistas, preocupados com o bem-estar dos trabalhadores, com os males da industrialização acelerada, com a corrupção na política e o crime organizado; e os Populistas, defensores do pequeno negócio do interior e inimigos daqueles grandes negócios das cidades (bancos, estradas de ferro, a "indústria do álcool") que prezariam mais o lucro que o homem.

Essas motivações combinadas e complexas, a pressão militante sobre os candidatos a cargos eletivos, e mais a super-representação política do Interior no Congresso, derrotaram os que defendiam apenas restrições limitadas e culminaram em rigorosa legislação proibicionista global anti-álcool, a chamada Lei Seca (produção, comércio e transporte proibidos), que vigorou ao longo dos anos vinte (1919 - 1933), com desastrosas conseqüências: mercado negro, repressão deficiente e relutante nas grandes cidades, aumento da criminalidade e

guerra de quadrilhas. O movimento anti-alcoólico cindiu-se, devido ao radicalismo das facções extremistas (conservadorismo rural). O moralismo havia produzido a desmoralização. Uma coalização de correntes de opinião, facções políticas e segmentos sociais passou a combater a Lei Seca. A terrível depressão econômica do início dos anos trinta foi a pá de cal que a liquidou: a agenda anti-alcoólica empalideceu frente ao problema do desemprego.

Também no episódio da Lei Seca, o agente motor da agenda militante é a organização não governamental, o caminho para formar maiorias eventuais na representação política é trabalhar a "má consciência" da opinião pública, e a penetração final na agenda oficial se viabiliza pela vinculação profunda entre ideologia e formações sociais. No caso da Lei Seca, tal vinculação era imperfeita, continha contradições. O movimento não foi derrotado na sua pregação razoável: valores de responsabilidade e comedimento, americanização das massas de imigrantes, rejeição das máquinas políticas corruptas. Mas foi derrotado, após vitória inicial passageira, no seu objetivo central, a abstinência alcoólica imposta pelo estado. E o foi porque esse objetivo refletia as ansiedades de apenas uma parte da sociedade e sua necessidade ideológica de enfrentar a conturbação cultural da urbanização industrial. No entanto, essa desordem era somente um estágio na construção de uma sociedade industrial moderna e complexa, não "abstêmia", mas ao contrário, "consumista", principalmente consumidora de um bem que uma minoria estava subtraindo da maioria: o bem da liberdade de escolha e de estilo de vida. Os derrotados, com a derrocada da Lei Seca, foram o caudal globalizante e o nível de ênfase radical da consciência anti-alcoólica.

Na penetração da agenda da consciência ecológica estão presentes os mecanismos estruturais já apontados, em analogia aos acima analisados. A racionalidade da ideologia ecológica, que advém de seu vínculo com as novas formações sociais das democracias prósperas, imprime elementos de verdade e permanência a essa penetração, mas contém dissonâncias e falsidades contraditórias. É como se o "caso" ecológico se situasse em posição de meio-termo entre os "casos" abolicionista e proibicionista.

Finalizando o exame da agenda da consciência ecológica, cabe assinalar dois aspectos de sua evolução. O primeiro, pertinente a um primeiro momento, é que a evolução da consciência ecológica nos países ricos, as democracias prósperas, propaga-se e se aplica às minorias prósperas dos países

menos desenvolvidos. O segundo, pertinente a um segundo momento, é o conflito entre "ricos e pobres" que se revela na tentativa de alçar a nível planetário a pregação ecológica de desprezo ao vetor desenvolvimentista. É esse conflito que condicionou a realização da Cúpula da Terra, da ONU, em 1992, a que fosse intitulada "Meio Ambiente e Desenvolvimento", em sensível alteração do enfoque original da agenda ecológica. A cunhagem de nova bandeira ecológica, a do "desenvolvimento sustentado", é fruto de uma categoria à parte, a examinar, a das contradições da consciência ecológica.

4. As Contradições da Consciência Ecológica

A contradição mais flagrante, mas não a mais profunda, na ideologia ecológica, é com o vetor desenvolvimento. Na modalidade de ênfase moderada, e dada a coerência do ideal ecológico com o interesse das novas formações sociais pós-industriais das democracias prósperas, o trabalho sobre a "má-consciência" pública injetou no estado parte da agenda ecológica, a preocupação ambientalista. No entanto, aspectos mais radicais da agenda esbarram na agenda da própria prosperidade. A saída para a energia ideológica, contida por esse obstáculo, é uma espécie de transbordamento planetário: por exemplo, nas democracias prósperas, a agenda do estado democrático recusa a transformação dos milhares de quilômetros quadrados de superestradas, distritos industriais, aeroportos, shopping-centers e áreas de agricultura subsidiada em florestas, como as que já cobriram esses países em tempos idos; mas é possível dirigir a "má consciência" para a cobrança ao "outro mundo", o dos pobres, fornecedor de matérias primas, para que mantenha intactas as suas florestas e não as exponha ao processo de ocupação que já ocorreu nos países ricos, com tão próspero resultado. Em meados dos anos oitenta, o falso mito da floresta equatorial ameaçada fornecedora de oxigênio para o mundo galvanizou a consciência ecológica, reforçando, nas democracias prósperas, o desempenho dos partidos verdes, que vinha sendo bisonho.

O que em nível de relações pessoais seria hipocrisia, foi exatamente assim entendido por aqueles ainda não prósperos países, que passaram a resistir à agenda ecológica planetária original. A leitura que os menos desenvolvidos dela fizeram foi: está sendo proposto um congelamento; eles ficam com fábricas, tratores, computadores e laboratórios, nós com a autenticidade primitiva. Esse embate forçou a consciência ecológica a enfrentar

outro problema de "má consciência": os interesses dos menos desenvolvidos e mesmo dos miseráveis. Como solução de compromisso, a agenda ecológica passou a falar em "desenvolvimento sustentado", o que procura atender não só ao conflito mais bruto com os não prósperos, como também ao conflito interno dos países geradores da ideologia com seu próprio vetor desenvolvimentista. Focas versus crianças, mas também poluição versus competitividade, portanto empregos. Na verdade, a palavra "sustentado", denotando "desenvolvimento até o limite em que a agressão à natureza não inviabilize o desenvolvimento a longo prazo" é apenas uma trégua conveniente para o reexame da agenda da consciência ecológica, já que o termo é de uma flexibilidade e vaguidão que permitem infinitas interpretações: uma invenção diplomática criativa. A expansão econômica sustentável é conceito que parece ter sido emprestado da pesca e, especialmente, da exploração florestal, atividades onde se consegue, com administração prudente, equilibrar a colheita periódica com a renovação natural do potencial de produção. São poucas as outras instâncias em que se pode apontar os limites da sustentabilidade: alguns casos de desertificação por excesso de pastoreio, práticas de manejo de solo equivocadas que levam à erosão. Nada que responda, com dados confiáveis, às grandes indagações do desenvolvimento de economias modernas.

Um reexame da agenda já se iniciou: com o advento, nas democracias prósperas, da recessão e do desemprego do início dos anos noventa, houve um notável esfriamento da agitação ecológica. É patente aí o afloramento de contradição entre a agenda da consciência ecológica, alimentada por formação social pós-industrial próspera, com as próprias bases econômicas, ainda fortemente industriais, dessa formação. A recessão traz de volta a esses países um grão de pobreza, de realidade, de verdade. E, por ora, a realidade parece incluir uma taxa alta de desemprego permanente, já chamado de desemprego estrutural, pois parece associado ao próprio sucesso da transformação dessas economias nas décadas recentes. Ora, os cuidados ambientais implicam freqüentemente em custos adicionais e perda de competitividade. Preservar empregos passa a ser mais urgente que preservar florestas, até mesmo florestas alheias. Encontra seu limite, por contraditório, o desprezo da ideologia ecológica pela modernidade industrial, refletido no seu culto sentimental do primitivo, da formação social arcaica. Um desprezo que vai além do ideal válido da preocupação com a integridade do meio ambiente, que ignora que cada formação social acumula e engloba, em seu nível de consciência, em "efeito cascata", elementos das formações sociais anteriores:

todos foram índios. O longo progresso que desaguou nas agendas políticas modernas é indissociável do progresso dos modos de produção, do comércio, das preocupações éticas, e que redundou também na consciência ecológica.

Situa-se aí uma contradição mais profunda: a necessidade de negar processos relacionados com as fases iniciais da Revolução Industrial, via de afirmação das formações sociais pós-industriais, mascara-se em negação do progresso material moderno, das tecnologias, e mesmo da ciência. A massa privilegiada, há apenas poucas gerações enxovalhada por doenças e pobreza, dá-se à atitude, hoje, de sentir-se moralmente superior à ciência e à tecnologia, parteiras desses novos-prósperos em leito humilde. É em especial contraditória a relação entre ideologia ecológica e ciência. É essencial, para a agenda ecológica, a análise e compreensão científica dos processos biológicos, químicos, físicos, e de fenômenos complexos, como os climáticos. No entanto, a ideologia da consciência ecológica implica, em aspectos importantes, solapamento das fundações da ciência, já que essa se baseia em alguns dos "alvos inimigos" daquela ideologia. O humanismo iluminista, não romântico e não religioso, construído no Século XVIII, que coloca decididamente o homem acima da natureza, é um deles. Outros alvos atacados são o uso científico da dúvida, o rigor dos conceitos, a prudência nas projeções. Ora, ideologias não gostam de dúvidas, necessitam demônios e infernos: o efeito estufa é uma certeza e uma fatalidade ideológica, mesmo que qualquer erupção vulcânica de intensidade média levante dúvidas sobre os números e projeções da militância ecológica sobre o impacto do gás carbônico da atividade humana. A margem real de dúvida científica, o registro geológico das eras glaciais e da flutuação dos níveis dos oceanos, apontam para nossa perfeita ignorância do que serão o clima e esses níveis em cem anos. Os próprios dinossauros, apontados pela ideologia ecológica como prova da fatal destruição do homem pelo homem, conspiram contra o efeito estufa, pois seu extermínio parece dever-se ao efeito inverso.

Por último, convém examinar a contradição que envolve o papel atribuído à natureza na ideologia ecológica. Aqui, retoma-se a questão da natureza como inimiga, parceira, desafio ou vítima do homem. A ênfase da consciência ecológica tem sido à natureza em seu papel de vítima. Uma ala radical vai mais além, diviniza a natureza, cria como que o culto à deusa Gaia: as questões ambientais teriam que ser avaliadas como se não existisse a cultura humana, Gaia seria dotada de personalidade, vontade, existência física viva, seria um sujeito do qual emanam todas as demais considerações. Tanto nessa

posição extremada, como no culto da natureza-vítima, ou ainda na mera priorização da natureza sobre a cultura humana, há contradições, em vários planos. Primeiro, a contradição do sujeito formulador: é a cultura humana que está formulando as idéias da prevalência da natureza sobre a cultura humana, o que é uma óbvia contradição em seus próprios termos. O ideal é gerado pela cultura humana, não pela natureza; o formulador não poder ser inferior ao formulado. Algo semelhante só existe no plano religioso, em que a cultura humana formula a divindade; mas na religião é mantida a coerência por meio do necessário elo da manifestação prévia da divindade, que formula à cultura humana uma mensagem fundadora. Ora, não consta que já tenhamos profetas ecológicos certificados, portadores de mensagens fundadoras de Gaia... Um segundo beco sem saída é considerar, a levar a sério a idéia de natureza como sujeito central, que a cultura humana agressora do meio ambiente é, como tudo, um produto natural da natureza onipotente, e que, como produto natural, essa cultura não deva ser alterada.

Outro plano de contradição está no escamoteamento do fato de que para se chegar à formulação da ideologia ecológica é necessária toda a longa cadeia de construção cultural que se faz, aquisitiva e acumuladamente, pela sucessão de formações sociais, passando antropologicamente pela pedra, pelo bronze, pelo ferro, pelo pagão, pelas religiões sublimadoras, pela evolução das formas de governo, pelas sucessivas tecnologias, pelos efeitos do iluminismo e culminando nas democracias prósperas. É contraditório ir buscar no paganismo grego o domínio idolatrado da natureza. Age-se aí como se a filosofia e a especulação da antigüidade grega, tivessem elas "tido tempo", produziriam a ciência e a técnica das formações sociais modernas. Ignora-se, nesse caso, contraditoriamente, que ciência e técnica moderna, que já vimos serem fundamentais para a agenda do ideal ecológico, são uma criação totalmente dependente da construção mental das grandes religiões sublimadoras não pagãs (especialmente, de raiz bíblica). É tão anti-grega, anti-pagã e anti-idólatra (isso inclui idolatria da natureza) a ciência pós-medieval, renascentista, moderna, iluminista, contemporânea, enfim, o que entendemos por ciência, que grande parte de seu impulso inicial deveu-se à reforma protestante. Explica-se: a abominação da Reforma pelo Aristóteles pagão, o grande sutil pré-científico, prestigiado pela teologia católica, carrou apoio, nos países protestantes, para o desvendamento prático das leis da natureza, para o experimento em laboratório, que unia o intelectual ao manual (o trabalho manual era desprezado pelos gregos). O homem teve que desafiar a natureza ao desenvolver os artefatos, a

agricultura; desde esse ponto, o domínio sobre a natureza não cessou, e se a cultura humana não avançou mais rápido, muito se deveu à idolatria da natureza, reverência que se reduziu proveitosamente à medida que se firmou a noção de um ser superior senhor tanto da natureza como do homem¹.

A apreciação poética e deleitosa das graças e magnificências da natureza vem desde antigas eras. Outra coisa é a romantização sentimental da natureza, fruto acrítico da prosperidade. Um ideal que se quer ético não pode ignorar a brutalidade do mundo dos seres vivos, no qual seres devoram seres (e de preferência devoram filhotes de seres). A questão da preservação (intocada) ou conservação (seletiva) das espécies ameaçadas de extinção, ou de ecossistemas ameaçados, não consegue escapar da contradição de que as ações pró-natureza passam pelo crivo das empatias humanas. O apelo à "má consciência" geral opera bem para as espécies "empáticas", e não segundo algum critério realmente "natural". O caçador primitivo trazia, carinhosamente, como presente à sua família, pequenos jovens animais que eram a alegria das crianças; parece ser essa a origem da domesticação de algumas espécies. Com o tempo, além da agricultura e da pecuária, a cultura humana inventou o jardim, paradigma muito instrutivo de uma das mais importantes atitudes e relações possíveis com a natureza: o jardim não é meramente utilitário, envolve afeto à natureza, mas não idolatria, ou fantasia sentimental, em relação e ela.

É difícil prever a evolução de um movimento tão recente como o da consciência ecológica. Os movimentos abolicionista e proibicionista duraram, cada qual, mais de século (com uma superposição de meio século entre si). O abolicionismo deixou realizada a quase totalidade de sua agenda (exceção, em muitos casos, da assistência aos libertos e da indenização aos proprietários ex-legais). O proibicionismo anti-alcoólico frustrou-se na efetivação da sua agenda, mas deixou influências, mesmo não mensuráveis. A consciência ecológica, não obstante suas contradições, provavelmente deixará mais conquistas permanentes que o proibicionismo, mas talvez não se realize em proporção tão extensa como o abolicionismo. A cultura humana, criação e recriação constante de civilizações, não se dissociará de sua (natural) autoreferência, mas promoverá as adaptações necessárias (mas não as fantasiadas e projetadas) para sua segurança.

¹ Recomenda-se "A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna", R. Hooydaas, Editora Universidade de Brasília, 1988 (Scottish Academic Press Ltd., 1972).